

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: GETRA-SLU

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Isac Newton de Souza

1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a prestação de serviço de seguro de responsabilidade civil e facultativa de veículos/RCF-V, a primeiro risco absoluto, com cobertura para danos materiais e danos corporais a terceiros e para acidentes pessoais a passageiros/APP, para os veículos da Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, de Belo Horizonte - MG, nos termos do Apêndice I – Projeto Básico e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O serviço a ser contratado não foi parcelado porque, pela natureza do objeto, não é tecnicamente viável e nem economicamente vantajoso, além de que o parcelamento prejudicaria a relação custo-benefício da contratação.

1.4. Da Contratação:

1.4.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, nos termos da minuta que será parte integrante do Edital.

1.4.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado até a vigência máxima de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço continuado.

1.4.2.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que é uma necessidade permanente e contínua da Administração a ser satisfeita com a prestação do serviço. Os veículos da SLU operam diariamente na prestação de serviços nas vias públicas de Belo Horizonte e estão sujeitos a acontecimentos inesperados, a exemplo dos acidentes de trânsito com danos materiais e/ou corporais da terceiros, que podem causar impactos financeiros não programados aos cofres públicos. A vigência do serviço será anual por se tratar de seguro veicular com legislação específica da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, notadamente em relação ao período de vigência.

1.4.2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.

1.5. Do Reajuste:

1.5.1. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

1.5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será computado do último reajuste. Entende-se como último reajuste, a data em que iniciados seus efeitos financeiros independentemente daquela em que assinado o aditivo ou registrada a apostila.

1.5.3. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste até a data da próxima prorrogação contratual ou na data do encerramento da vigência do contrato, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

1.5.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

1.5.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.5.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.6. Da Assinatura do Contrato:

1.6.1. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva convocação.

1.6.1.1. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

1.6.1.2. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido neste item, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis.

1.6.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação e reajuste de preços.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a contratação da seguinte forma: o tráfego diário dos veículos da SLU pelas vias públicas de Belo Horizonte os expõe a acontecimentos inesperados, que podem ser sinistros com danos materiais, corporais a terceiros e acidentes pessoais a passageiros do veículo segurado, incluindo o motorista.

2.2. O objetivo do contrato será cobrir, até o limite máximo de indenização ora contratado, o reembolso de indenização, a título de reparação, pelo qual a Autarquia vier a ser obrigada, judicial ou extrajudicialmente, a pagar em consequência de danos materiais e danos corporais a terceiros e acidentes pessoais a passageiros e motoristas dos veículos segurados, durante a jornada de trabalho.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. O serviço objeto do presente TR prevê a solução para o problema da falta de proteção financeira da SLU quando esta for responsabilizada por danos causados a terceiros e obrigada a indenizá-los, a título de reparação, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, em decorrência do sinistro causado por veículo da frota própria da Autarquia, conforme condições dispostas neste instrumento.

3.2. O seguro veicular a ser contratado contemplará 45 (quarenta e cinco) veículos componentes da frota do Contratante, conforme listagem do Apêndice II.

3.3. O seguro veicular deverá cobrir, ao menos, os seguintes eventos:

DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: danos materiais causados a terceiros pelo veículo segurado;

DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: danos corporais causados a terceiros pelo veículo segurado;

ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIRO/APP: Garante indenização, por passageiro, por morte, invalidez permanente total ou parcial em virtude de acidente com o veículo segurado.

3.3.1. Os valores das coberturas serão os seguintes:

| Coberturas | Limite Máximo de Garantias (LMG)* |
|--|-----------------------------------|
| RCFV - Danos Materiais a Terceiros | 200.000,00 |
| RCFV - Danos Corporais a Terceiros | 150.000,00 |
| APP - Morte Acidental (por passageiro) | 20.000,00 |
| APP - Invalidez Permanente - Total ou Parcial (por passageiro) | 20.000,00 |

* Valores correspondentes aos limites máximos de indenização

3.4. Nas coberturas contratadas não haverá franquia.

3.5. Aplicam-se ao seguro a ser contratado a condição do condutor ser indeterminado, sendo qualquer servidor, prestador de serviços (terceirizado ou colaborador da SLU), legalmente habilitado.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da vistoria:

4.1.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia para execução do serviço.

4.2. Da Subcontratação:

4.2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto Contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que

expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

4.2.2. O Contratado assumirá integral responsabilidade por danos eventualmente causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no cumprimento do objeto do contrato, isentando, assim, o Contratante de quaisquer reclamações que possam surgir conseqüentemente ao contrato, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados, independentemente de provocação por parte do Contratante, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução do Contrato.

4.2.3. A subcontratação sem autorização formal e prévia do Contratante caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando ao Contratado as sanções previstas no contrato.

4.2.4. O ato de autorização da subcontratação emitido pelo Contratante somente ocorrerá em decorrência de razões de ordem técnica que a justifique e conterá o seu limite, o qual não excederá a 30% do valor do contrato, e as parcelas do objeto contratual que serão subcontratadas, conforme definido neste Termo de Referência.

4.2.5. O Contratado é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pelas subcontratadas, bem como pela execução e fiscalização do objeto contratual por elas executado.

4.2.6. O Contratado deverá apresentar a documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução das parcelas do objeto contratual que serão subcontratadas.

4.2.7. Compete ao fiscal do contrato a verificação para juntada no processo administrativo interno dos documentos referidos no subitem anterior, bem como a verificação das condições estabelecidas neste item.

4.2.8. O Contratado e a subcontratada ficam solidariamente responsáveis, tanto em relação ao Contratante, como perante terceiros, pelo integral cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato.

4.2.9. No caso de eventual subcontratação, esta deverá se dar preferencialmente com microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedades cooperativas equiparadas, salvo expressa justificativa do fiscal do contrato.

4.2.10. O Contratado não poderá repassar à subcontratada a responsabilidade quanto a eventuais coberturas de garantia exigidas neste Termo de Referência e no Contrato.

4.2.11. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Contratado, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

4.2.12. O Contratado ficará adstrito às penalidades constantes neste Termo de Referência até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes da contratação, diante da legislação aplicável e normas instituídas no contrato, independente do término da vigência contratual.

4.2.13. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.14. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.3. Da participação de consórcios:

4.3.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do serviço a ser prestado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.

4.4. Da Garantia Contratual:

4.4.1. Será exigida da adjudicatária, previamente à assinatura do contrato:

4.4.1.1. O valor da garantia à execução corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato e deverá ser prorrogada sua vigência na hipótese de ocorrer prorrogação do prazo contratual e/ou sua complementação em caso de acréscimo de valor.

4.4.1.3. A garantia à execução poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- IV. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.4.1.4. A garantia prestada responderá por eventuais multas aplicadas à Contratada, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da Contratada.

4.4.1.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Regime de execução: empreitada por preço global.

5.2. As especificações, condições, prazos e locais para execução do objeto encontram-se no APÊNDICE I – Projeto Básico, deste instrumento.

6. DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 18.324/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 18.324/2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

7. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. Do Recebimento do Objeto:

7.1.1. Considerando as características do objeto da contratação, o recebimento será realizado apenas definitivamente, considerando-se para tal a apresentação pela seguradora da apólice única de seguro e do boleto bancário do prêmio de seguro correspondente ou instrumento de cobrança equivalente, em até 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato.

7.2. Da Liquidação:

7.2.1. Recebidos a apólice única e o boleto ou instrumento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 3 (três) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a apólice e o boleto ou instrumento de cobrança equivalente apresentados não contêm irregularidades.

7.2.3. Havendo erro na apresentação dos documentos citados no item anterior, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.2.3.1. Somente após a aprovação dos documentos, o Contratante efetuará o pagamento.

7.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, bem como ao site <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> para verificar se o Contratado, caso obrigado, cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados pela Previdência Social e aprendizes.

7.2.4.1. O boleto ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

7.2.4.2. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.4.3. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.2.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF.

7.3. Do Prazo de pagamento:

7.3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir do recebimento da apólice/boleto, pelo Departamento Financeiro – DFIN – da Diretoria Administrativo-Financeira – DRADF da SLU.

7.4. Da Forma de pagamento:

7.4.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. As obrigações das partes estão detalhadas no Apêndice I - Projeto Básico, deste instrumento.

9. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Da Forma de seleção e do critério de julgamento da proposta:

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

10.1. Para fins de habilitação, o licitante deverá encaminhar os documentos relacionados abaixo, os quais deverão comprovar sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, salvo na ocorrência do previsto no §1º do art. 43 da LC nº 123/06.

10.2. Da Habilitação Jurídica:

10.2.1. registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

10.2.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;

10.2.3. documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

10.2.4. ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não empresariais, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.2.5. decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

10.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;

10.3.2. prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.3.3. prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

10.3.4. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

10.3.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa.

10.3.6. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal por parte de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa Equiparada, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei Municipal n.º 10.936/2016, o(a) Pregoeiro(a) julgará habilitadas a ME/EPP/SCE, concedendo o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação fiscal, pagamento ou parcelamento do débito, a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

a) A prorrogação do prazo para a regularização fiscal prevista **neste item** dependerá de requerimento pelo interessado, dentro do prazo inicial de **05 (cinco) dias úteis** concedidos para a regularização da documentação fiscal.

b) A não regularização da documentação fiscal por parte das Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa Equiparada, no prazo previsto **neste item**, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável, sendo facultado à Administração convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

10.4. Da Qualificação Técnica:

10.4.1. Certidão de regularidade junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, devendo constar o registro de habilitação (código de cadastramento).

10.4.2. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares com o(s) item(ns) arrematado(s), por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a) Os atestados ou certidões de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

b) Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

c) Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

10.4.3. **Declaração de que o Licitante tomou conhecimento** de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo do **Anexo VI do Edital**.

10.5. Da Qualificação Econômico-Financeira:

10.5.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas com menos de um ano de existência devem apresentar Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante ou no órgão de registro equivalente.

b) As empresas com mais de um e menos de dois anos de existência devem apresentar a documentação exigida neste item relativas ao último exercício social exigível.

c) Serão considerados, “na forma da lei”, o balanço patrimonial (inclusive o Balanço de Abertura) e a Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social assim apresentados:

I. Publicados em Diário Oficial; ou

II. Publicados em Jornal; ou

III. Devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou

IV. Na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.

d) Os balanços patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e demonstrações contábeis dos resultados dos últimos exercícios sociais deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.5.2. Cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

10.5.2.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor da proposta.

10.5.2.2. Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos dos índices, caso estes não sejam apresentados.

10.5.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

a) Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

10.6. Das Declarações:

10.6.1. **Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei n.º 14.133/2021, conforme modelo do **Anexo XI do Edital**.

10.6.2. **Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação**, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, conforme modelo do **Anexo III do Edital**.

10.6.3. **Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, conforme modelo do **Anexo XI do Edital**.

10.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída, no que couber, pelo registro cadastral ou documentação constante no SUCAF, CAGEF ou SICAF.

11. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

11.1. Após a convocação pelo Agente de Contratação, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo constante no Anexo II.

11.2. A proposta de preços deverá conter:

11.2.1. Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

11.2.2. Modalidade e número da licitação;

11.2.3. Especificação sucinta do objeto licitado;

11.2.4. Valor global do lote, discriminando o valor unitário;

11.2.4.1. O valor unitário deve ser apresentado em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

11.2.4.2. o valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

11.2.4.2.1. Quando a divisão do valor global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global do lote obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

11.2.5. Declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto nº 18.096/2023, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas poderá ensejar a responsabilização da Contratada pelas seguintes sanções:

12.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções administrativas:

12.2.1. **Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de sanção mais grave, nos moldes do § 2º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 5º do Decreto nº 18.096/2022;

12.2.2. **Multas**, observados os seguintes percentuais:

a) Multa de 0,01% (um centésimo por cento) do valor atualizado do Contrato por dia de infração constatada, limitado a 30 (trinta) dias por período de descumprimento, no caso de inobservância dos cuidados necessários ao combate à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do contrato, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

c) Multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor atualizado do contrato pelo descumprimento de preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- I. Tumultuar a sessão pública da licitação;
- II. Propor recursos manifestamente protelatórios;
- III. Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação junto ao Sistema de Cadastros de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela Contratante;
- IV. Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V. Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
- VI. Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante e no prazo assinalado;
- VII. Não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
- VIII. Não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação exigidas na licitação, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

- IX. Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - X. Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
 - XI. Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
 - XII. Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
 - XIII. Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
 - XIV. Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
 - XV. Não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar a gestão e a fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
 - XVI. Subcontratar o objeto ou a execução de serviços;
 - XVII. Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- d) Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
- e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato quando a Contratada der causa a rescisão contratual ou em caso de inexecução total do Contrato, sem prejuízo da obrigação de ressarcir a Administração das perdas e danos decorrentes, nos termos do art. 927 do Código Civil.
- f) Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das seguintes infrações administrativas:
- I. Dar causa a inexecução parcial do contrato;
 - II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III. Dar causa à inexecução total do contrato;

- IV. Deixar de entregar a documentação exigida;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Contratante;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, salvo por motivo justificado e aceito pela Contratante;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- XIII. Recusar em aceitar ou retirar a Nota de Empenho;
- XIV. Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

12.2.3. **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte**, pelo prazo máximo de três anos, nos moldes do art. 156, §4º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 17 do Decreto Municipal n.º 18.096/2022, quando praticadas as infrações administrativas previstas nos **incisos II a VII da alínea "f" do subitem 12.2.2 deste instrumento** e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- a) A aplicação de 03 (três) sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

12.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **VIII a XIV da alínea "f" do subitem 12.2.2 deste instrumento**, bem como pelas infrações administrativas previstas **nos incisos I a VII da alínea "f" do subitem 12.2.2 deste instrumento** que justifiquem a imposição de sanção mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos moldes do art. 156, § 5º da Lei Federal e do art. 20 do Decreto nº 18.096/2022.

- a) No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a que se refere **o inciso XII da alínea "f" do subitem 12.2.2 deste instrumento**, todas as infrações administrativas

conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei e do Decreto nº 16.954, de 2 de agosto de 2018.

12.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

12.4. As sanções previstas neste instrumento serão fixadas considerando a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os danos e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, consoante art. 51 do Decreto nº 18.096/2022.

12.5. Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto no art. 51 do Decreto nº 18.096/2022.

12.6. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.7. À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.

12.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

12.9. A multa inadimplida poderá, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Contratante.

12.10. A aplicação das sanções previstas, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

12.11. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

12.12. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

12.13. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas, sendo concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

12.14. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

12.15. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa. O Contratado poderá empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido ou defesa e que possam influir eficazmente na convicção da autoridade competente para decidir.

13. DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

13.1. Objetivando afirmar a aderência do Contratado aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

13.1.1. O Contratado se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

13.1.2. O Contratado se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

13.1.3. O Contratado fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.1.4. O contratado deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.

13.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.1.6. O Contratado fica ciente de que deverá se submeter, nos termos da Lei nº 11.557/2023, à avaliação de integridade nas seguintes situações:

a) na celebração de aditivo contratual, considerando a validade prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 11.557/2023;

b) a qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.

c) A avaliação será realizada mediante o preenchimento do Formulário de Due Diligence, nos termos do modelo disponibilizado no “link” <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/2024/formulario-due-diligence.pdf>, cujo resultado gerará o Relatório de Avaliação de Integridade – RAI.

d) O Contratado deverá possuir conta google para a viabilização do preenchimento do Formulário de Due Diligence.

e) Nos procedimentos de avaliação de integridade será observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

14. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

14.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

14.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5.1. A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

14.6. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

14.6.1. À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

a) A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

14.7. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.7.1. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.7.2. A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.8. A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

14.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

14.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais. O contrato oferece maior detalhamento sobre proteção e transmissão de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

15.1.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

15.1.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela fiscalização ou por autoridade superior;

15.1.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

15.1.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

15.1.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

15.1.6. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da Contratante;

15.1.7. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

15.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

15.2.1. supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.2.2. suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

15.2.3. repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

15.2.4. atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

15.3. As hipóteses de extinção a que se referem os **subitens 15.2.2 ao 15.2.4** deste instrumento observarão as seguintes disposições:

15.3.1. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

15.3.2. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.5. **A extinção do contrato poderá ser:**

15.5.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.5.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

15.5.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

15.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

15.7.1. devolução da garantia;

15.7.2. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

15.7.3. pagamento do custo da desmobilização.

15.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

15.8.1. assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

15.8.2. ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

15.8.3. execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

16. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O valor teto do objeto licitado, limitador das propostas dos licitantes, é de **R\$ 184.214,32** (cento e oitenta e quatro mil, duzentos e quatorze reais e trinta e dois centavos), por um período de 12 (doze) meses, conforme distribuição imediatamente abaixo:

| LOTE ÚNICO | | | | | | | | |
|------------|---------|-------|-------------------------------|-------------|-------------------|------------------|------------|--------------|
| ITEM | PLACA | MARCA | MODELO | ANO DE FAB. | CHASSI | TIPO DE CAMINHÃO | CÓDIGO GRP | PRÊMIO (R\$) |
| 01 | HGF4794 | FORD | CARGO 1722 | 2008 | 9BFYCE7V69BB23594 | PIPA | 110681 | R\$ 3.468,56 |
| 02 | QUF7631 | FORD | CARGO 1723 E5 TURBO 4X2 | 2018 | 9BFYEABD5KBS76978 | COMPACTADOR | 110805 | R\$ 4.524,95 |
| 03 | QUF7609 | FORD | CARGO 1723 E5 TURBO 4X2 | 2018 | 9BFYEABD2KBS77361 | COMPACTADOR | 110750 | R\$ 4.524,95 |
| 04 | QUF7536 | FORD | CARGO 1723 E5 TURBO 4X2 | 2018 | 9BFYEABD4KBS77362 | COMPACTADOR | 110682 | R\$ 4.524,95 |



| | | | | | | | | |
|----|---------|------------|-------------------------|------|-------------------|----------------------|--------|--------------|
| 05 | QUY4203 | FORD | CARGO 1723 E5 TURBO 4X2 | 2018 | 9BFYEABD2KBS77344 | BASCULANTE/MUNCK | 110831 | R\$ 4.524,95 |
| 06 | QUY4093 | FORD | CARGO 1731 R 4X2 E5 | 2018 | 9BFYEBUF7KBS76011 | LAVADOR CONTÊINER | 110832 | R\$ 4.486,32 |
| 07 | QUY4140 | FORD | CARGO 2431 E TURBO 6X2 | 2019 | 9BFYEBVF7KBS78985 | BASCULANTE | 110833 | R\$ 4.654,19 |
| 08 | QUY4118 | FORD | CARGO 2431 E TURBO 6X2 | 2019 | 9BFYEBVF7KBS79036 | COMPACTADOR | 110834 | R\$ 4.654,19 |
| 09 | QUY4178 | FORD | CARGO 2431 E TURBO 6X2 | 2019 | 9BFYEBVF9KBS79037 | COMPACTADOR | 110835 | R\$ 4.654,19 |
| 10 | HLF1172 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709427 | COMPACTADOR | 110683 | R\$ 3.344,83 |
| 11 | HLF1173 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709393 | COMPACTADOR | 110807 | R\$ 3.344,83 |
| 12 | HLF1174 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709430 | COMPACTADOR | 110684 | R\$ 3.344,83 |
| 13 | HLF1182 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709406 | COMPACTADOR | 110815 | R\$ 3.344,83 |
| 14 | HLF1188 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709360 | COMPACTADOR | 110685 | R\$ 3.344,83 |
| 15 | HLF1189 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709357 | COMPACTADOR | 110686 | R\$ 3.344,83 |
| 16 | HLF1190 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709378 | COMPACTADOR | 110836 | R\$ 3.344,83 |
| 17 | HLF1192 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709358 | COMPACTADOR | 110837 | R\$ 3.344,83 |
| 18 | HLF1195 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709411 | COMPACTADOR | 110838 | R\$ 3.344,83 |
| 19 | HLF1197 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709394 | COMPACTADOR | 110839 | R\$ 3.344,83 |
| 20 | HLF1202 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709379 | COMPACTADOR | 110688 | R\$ 3.344,83 |
| 21 | HLF1278 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709419 | BASCULANTE/ MUNCK | 110840 | R\$ 3.344,83 |
| 22 | HLF1283 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709323 | BASCULANTE/ MUNCK | 110841 | R\$ 3.344,83 |
| 23 | RMF9J56 | IVECO | TECTOR ATTACK 170E 28 | 2020 | 93ZA1RMH0L8938426 | PIPA | 110842 | R\$ 4.653,46 |
| 24 | RMG0E97 | IVECO | TECTOR ATTACK 170E 28 | 2020 | 93ZA1RMH0L8938430 | PIPA | 110843 | R\$ 4.653,46 |
| 25 | HMN8710 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N82488R835033 | COMPACTADOR | 110844 | R\$ 3.548,19 |
| 26 | HMN8713 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N82418R834502 | COMPACTADOR | 110809 | R\$ 3.548,19 |



| | | | | | | | | |
|--|---------------|------------|-------------------|------|-------------------|-------------------|--------|-----------------------|
| 27 | HMN8715 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N82448R835854 | COMPACTADOR | 110690 | R\$ 3.548,19 |
| 28 | HMN8716 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N824X8R835700 | COMPACTADOR | 110851 | R\$ 3.548,19 |
| 29 | HMN8718 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N82468R835919 | COMPACTADOR | 110852 | R\$ 3.548,19 |
| 30 | HMN8719 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N82418R835469 | COMPACTADOR | 110853 | R\$ 3.548,19 |
| 31 | SHM4J22 | VOLKSWAGEN | 17260 | 2021 | 9536K8240NR035476 | POLIGUINDASTE | 110845 | R\$ 4.785,29 |
| 32 | SHM5A66 | VOLKSWAGEN | 17260 | 2021 | 9536K824XNR035825 | POLIGUINDASTE | 110810 | R\$ 4.785,29 |
| 33 | SHM4J80 | VOLKSWAGEN | 17260 | 2021 | 9536K824XNR035842 | POLIGUINDASTE | 110854 | R\$ 4.785,29 |
| 34 | SJE-9J69 | IVECO | TECTOR 17-300 6x2 | 2023 | 93ZE12JMZP8956699 | COMPACTADOR | 110855 | R\$ 5.222,97 |
| 35 | SJE-9I84 | IVECO | TECTOR 17-300 6x2 | 2023 | 93ZE12JMZP8956664 | COMPACTADOR | 110846 | R\$ 5.222,97 |
| 36 | SJE-9J95 | IVECO | TECTOR 17-300 4x2 | 2023 | 93ZE12JMZP8956686 | LAVADOR CONTÊINER | 110856 | R\$ 5.222,97 |
| 37 | TCH-8E12 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD3SR006404 | COMPACTADOR | 110857 | R\$ 4.949,45 |
| 38 | TCH-8D97 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD9SR006746 | COMPACTADOR | 110847 | R\$ 4.949,45 |
| 39 | TCH-8E02 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD0SR006747 | COMPACTADOR | 110858 | R\$ 4.949,45 |
| 40 | TCH-8E81 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD4SR006749 | COMPACTADOR | 110859 | R\$ 4.949,45 |
| 41 | TCH-8F60 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD8SR006799 | COMPACTADOR | 110848 | R\$ 4.949,45 |
| 42 | TCH-8E10 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD7SR006809 | COMPACTADOR | 110860 | R\$ 4.949,45 |
| 43 | NÃO EMPLACADO | IVECO | TECTOR 17.280 | 2025 | 93ZA61PMZS8714431 | BASCULANTE/MUNCK | 110849 | R\$ 5.198,37 |
| 44 | NÃO EMPLACADO | IVECO | TECTOR 17.280 | 2025 | 93ZA61PMZS8714795 | BASCULANTE/MUNCK | 110850 | R\$ 5.198,37 |
| VALOR GLOBAL - PRÊMIO TOTAL DO SEGURO (R\$) | | | | | | | | R\$ 184.214,32 |

17. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária: 2708.1100.17.512.046.2.900.0001.339039.20.1.500.000.0000.

17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

18.1. Em conformidade com o Decreto nº 18.324, de 18 de maio de 2023, a presente contratação será fiscalizada e/ou acompanhada pela Gerência de Transportes – GETRA-SLU.

18.2. Todos os trabalhos serão acompanhados e fiscalizados pela Contratante, que terá plenos poderes para verificar e fazer cumprir a perfeita execução do objeto contratado, de acordo com as exigências contratuais, especificações, normas técnicas, instruções técnicas, padrões de qualidade e legislação vigente, desde o início dos serviços, até o final da vigência contratual.

18.3. A fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada da responsabilidade pela prestação dos serviços avençados.

19. DOS ANEXOS

19.1. Integram o presente Termo os seguintes anexos:

19.1.1. Apêndice I: Projeto Básico.

19.1.2. Apêndice II: Relação dos Veículos.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2025.

Identificação e assinatura do servidor responsável

APÊNDICE I **PROJETO BÁSICO**

1. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

Prestação de serviço de seguro de responsabilidade civil e facultativa de veículos/RCF-V, a primeiro risco absoluto, com cobertura para danos materiais e danos corporais a terceiros e para acidentes pessoais a passageiros/APP, para os veículos da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU, de Belo Horizonte - MG.

2. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO (LOCAL/HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO/ CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO / CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO)

2.1. Condições de execução

2.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

2.1.1.1. Início da execução do objeto: se dará a partir da data da assinatura do contrato.

2.1.1.2. Após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o Contratado deverá disponibilizar para o Contratante a apólice e o manual do segurado, em meio eletrônico e com assinatura eletrônica válida.

2.1.1.2.1. A apólice deverá ser válida até a data final de vigência do contrato.

2.1.1.2.2. Deverá constar na apólice:

2.1.1.2.2.1. Dados do Contratante, prêmio total e forma de pagamento.

2.1.1.2.2.2. Número da apólice, data de emissão e vigência.

2.1.1.2.2.3. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.

2.1.1.2.2.4. A classe de bônus de cada veículo.

2.1.1.2.2.5. Discriminação das coberturas contratadas e os limites máximos de indenização.

2.1.1.2.2.6. Discriminação dos prêmios por tipo de cobertura para cada veículo.

2.1.1.3. A seguradora contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização de todas as etapas referentes a prestação dos serviços ora Contratados.

2.1.1.4. A Seguradora vencedora da licitação deverá indicar, na forma do disposto no art. 118 da Lei 14.133, de 2021, um preposto, em Belo Horizonte, para

representá-la na execução do contrato e para atuar como interface entre ela e o Contratante.

2.1.1.5. O Contratado deverá possuir Central de Atendimento por telefone e online via web, com funcionamento de 24h para atendimento imediato em casos de sinistro, possibilitando atendimento ao usuário para os encaminhamentos necessários à prestação dos serviços Contratados, informando os números de telefone para contato e o endereço eletrônico no caso de atendimento on-line.

2.1.1.6. Em caso de sinistro, o Contratante tomará as seguintes providências:

2.1.1.6.1. Solicitar o Boletim de Ocorrência Policial e/ou, quando for o caso, Perícia Técnica no local do sinistro.

2.1.1.6.2. Emitir relatório de sinistro nos casos de acidentes ocorridos dentro das dependências da Contratante, quando ocorrer recusa da Polícia Militar e/ou da Polícia Civil em comparecer no local ou de lavrar o boletim de ocorrência.

2.1.1.6.3. Comunicar o sinistro (Aviso de Sinistro) à Seguradora contratada com os documentos necessários para abertura e instrução do processo de indenização.

2.1.1.7. O Contratado, a partir do recebimento da comunicação do sinistro, realizará, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, a(s) vistoria(s) no(s) veículo(s) do(s) terceiro(s) envolvido(s).

2.1.1.8. O Contratado terá 10 (dez) dias corridos para analisar e autorizar os serviços de reparação de danos materiais, a contar da comunicação do sinistro ou do recebimento do laudo de perícia técnica, quando for o caso.

2.1.1.9. O Contratado terá 10 (dez) dias corridos para analisar e autorizar a indenização de danos corporais a terceiros e de acidentes pessoais a passageiros, a contar do recebimento do Laudo de Perícia Técnica.

2.1.1.10. O prazo máximo para liquidação dos sinistros é limitado a 30 (trinta) dias, contados a partir do cumprimento de todas as exigências necessárias.

2.1.1.11. Após a liquidação do sinistro, o Contratado comunicará formalmente ao Contratante a finalização do processo de indenização.

2.1.1.12. O Contratado apresentará relatórios mensais de ocorrência de sinistros para fins de monitoramento pelo Contratante.

2.1.1.13. O Contratado, sempre que solicitado pelo Contratante, emitirá relatório com a bonificação dos veículos segurados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

2.1.1.14. Em caso de substituição de veículo da apólice, o Contratado realizará a transferência de bonificação do veículo excluído para veículo incluso na apólice.

2.1.1.15. Em caso de exclusão de veículo da apólice, o Contratado ressarcirá o Contratante o valor dispendido proporcional ao tempo restante que o veículo deveria permanecer até o final da vigência da apólice.

2.1.1.15.1. Neste caso, o Contratado deverá apresentar memória cálculo do ressarcimento.

2.1.1.16. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pelo Contratante e processadas pela seguradora, mediante endosso.

2.1.1.16.1. A emissão do endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pelo Contratante.

3. EXIGÊNCIA DE LAUDOS E/OU CERTIFICAÇÕES COMO REQUISITO TÉCNICO (SE FOR O CASO)

O Contratado deverá possuir Ato de Autorização para o exercício da atividade de prestação de serviço de seguro de veículos, expedido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP nos termos do PORTARIA Nº 515, publicada no D.O.U. de 21/12/1984, conforme legislação vigente.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Das obrigações do Contratado

4.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no TR e em seus apêndices, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.1.2. Efetuar a prestação do serviço conforme fixado no TR e em seus apêndices.

4.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à prestação do serviço.

4.1.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a

descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

4.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

4.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.9. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

4.1.10. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.

4.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

4.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.13. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

4.1.14. Comunicar ao Contratante a ausência de produto necessário para a execução do serviço, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado.

4.1.15. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do contrato.

4.1.16. Prestar os serviços de acordo com as diretrizes e normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

4.1.17. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.

4.1.18. Emitir e entregar, em até 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, as apólices dos veículos, os cartões e os manuais do segurado.

4.1.19. Vistoriar os veículos de terceiros envolvidos no sinistro no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, contados a partir do recebimento do Aviso de Sinistro.

4.1.20. Autorizar os serviços de reparação de danos materiais no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da comunicação do sinistro ou do recebimento do Laudo de Perícia Técnica, quando for esse o caso.

4.1.21. Providenciar a indenização de danos corporais a terceiros e de acidentes pessoais a passageiros no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento do Laudo de Perícia Técnica.

4.1.22. Designar e manter Corretor em Belo Horizonte para:

- a) Acompanhar todos os processos de sinistros junto à Contratante;
- b) Assistir empregado da Contratante quanto a quaisquer dúvidas relativas ao sinistro;
- c) Acompanhar liquidação do sinistro junto a Seguradora contratada e a Oficina escolhida pelo terceiro envolvido;
- d) Acompanhar todas as alterações relativas à inclusão, exclusão ou substituições de veículos que vierem a ocorrer na vigência do contrato.

4.1.23. Substituir Corretor que não atender as incumbências descritas nas alíneas constantes do subitem acima.

4.1.24. Aceitar, para efeito de processamento de liquidação de sinistro, relatório de sinistro emitido pela Contratante.

4.1.25. Emitir relatório com a bonificação dos veículos segurados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sempre que solicitado pela Contratante.

4.1.26. Efetuar transferência de bonificação de veículo excluído para veículo incluso no contrato.

4.1.27. Comunicar formalmente (por e-mail) à Contratante a liquidação de cada sinistro indenizado.

4.1.28. Emitir relatórios mensais de ocorrência de sinistros.

4.1.29. Manter preposto na Cidade de Belo Horizonte, com poderes para representá-la na solução de todos os problemas e encaminhamentos necessários à consecução dos serviços.

4.1.30. Ressarcir à Contratante o valor dispendido proporcional ao tempo restante que o veículo deveria permanecer até o final da vigência da apólice, em caso de exclusão de algum veículo.

4.1.30.1. Neste caso a empresa deverá apresentar memória cálculo do ressarcimento.

4.1.31. Atender, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a convocação para retirada da Nota de Empenho.

4.1.32. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se refere à prestação deste serviço.

4.2. Das obrigações do Contratante

4.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação do serviço Contratado, por meio da gestão e fiscalização do contrato.

4.2.2. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.3. Pagar no vencimento o boleto ou instrumento de cobrança apresentado pelo Contratado correspondente ao prêmio do seguro.

4.2.4. Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço.

4.2.5. Designar empregado público para comparecer ao local do sinistro, quando necessário.

4.2.6. Solicitar Ocorrência Policial e/ou, quando for o caso, Perícia Técnica no local do sinistro.

4.2.7. Comunicar o sinistro (Aviso de Sinistro) ao Contratado.

4.2.8. Emitir relatório de sinistro nos casos de acidentes ocorridos dentro das dependências do Contratante, quando ocorrer recusa da Polícia Militar e/ou da Polícia Civil em comparecer no local ou de lavrar o boletim de ocorrência.

4.2.9. Notificar o Contratado para substituir Corretor que não atender a contento as condições previstas neste instrumento.

4.2.10. Prestar todas as informações necessárias ao Contratado para a execução dos serviços.

4.2.11. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

APÊNDICE II

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

| LOTE ÚNICO | | | | | | | | |
|------------|---------|-------|-------------------------|-------------|-------------------|-------------------|------------|---|
| ITEM | PLACA | MARCA | MODELO | ANO DE FAB. | CHASSI | TIPO DE CAMINHÃO | CÓDIGO GRP | SINISTROS ocorridos entre 20/09/2024 à 13/08/2025 |
| 01 | HGF4794 | FORD | CARGO 1722 | 2008 | 9BFYCE7V69BB23594 | PIPA | 110681 | 0 |
| 02 | QUF7631 | FORD | CARGO 1723 E5 TURBO 4X2 | 2018 | 9BFYEAHD5KBS76978 | COMPACTADOR | 110805 | 1 |
| 03 | QUF7609 | FORD | CARGO 1723 E5 TURBO 4X2 | 2018 | 9BFYEAHD2KBS77361 | COMPACTADOR | 110750 | 0 |
| 04 | QUF7536 | FORD | CARGO 1723 E5 TURBO 4X2 | 2018 | 9BFYEAHD4KBS77362 | COMPACTADOR | 110682 | 0 |
| 05 | QUY4203 | FORD | CARGO 1723 E5 TURBO 4X2 | 2018 | 9BFYEAHD2KBS77344 | BASCULANTE/MUNCK | 110831 | 0 |
| 06 | QUY4093 | FORD | CARGO 1731 R 4X2 E5 | 2018 | 9BFYEBUF7KBS76011 | LAVADOR CONTÊINER | 110832 | 0 |
| 07 | QUY4140 | FORD | CARGO 2431 E TURBO 6X2 | 2019 | 9BFYEBVF7KBS78985 | BASCULANTE | 110833 | 1 |
| 08 | QUY4118 | FORD | CARGO 2431 E TURBO 6X2 | 2019 | 9BFYEBVF7KBS79036 | COMPACTADOR | 110834 | 0 |
| 09 | QUY4178 | FORD | CARGO 2431 E TURBO 6X2 | 2019 | 9BFYEBVF9KBS79037 | COMPACTADOR | 110835 | 0 |
| 10 | HLF1172 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709427 | COMPACTADOR | 110683 | 0 |
| 11 | HLF1173 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709393 | COMPACTADOR | 110807 | 1 |
| 12 | HLF1174 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709430 | COMPACTADOR | 110684 | 0 |
| 13 | HLF1182 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709406 | COMPACTADOR | 110815 | 0 |
| 14 | HLF1188 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709360 | COMPACTADOR | 110685 | 0 |
| 15 | HLF1189 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709357 | COMPACTADOR | 110686 | 0 |
| 16 | HLF1190 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709378 | COMPACTADOR | 110836 | 2 |
| 17 | HLF1192 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709358 | COMPACTADOR | 110837 | 0 |
| 18 | HLF1195 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709411 | COMPACTADOR | 110838 | 0 |



| | | | | | | | | |
|----|----------|------------|-------------------------------|------|-------------------|----------------------|--------|---|
| 19 | HLF1197 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709394 | COMPACTADOR | 110839 | 0 |
| 20 | HLF1202 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709379 | COMPACTADOR | 110688 | 0 |
| 21 | HLF1278 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709419 | BASCULANTE/ MUNCK | 110840 | 1 |
| 22 | HLF1283 | IVECO | EUROCARGO TECTOR 170E22 | 2008 | 93ZA1NFH098709323 | BASCULANTE/ MUNCK | 110841 | 0 |
| 23 | RMF9J56 | IVECO | TECTOR ATTACK 170E 28 | 2020 | 93ZA1RMH0L8938426 | PIPA | 110842 | 0 |
| 24 | RMG0E97 | IVECO | TECTOR ATTACK 170E 28 | 2020 | 93ZA1RMH0L8938430 | PIPA | 110843 | 1 |
| 25 | HMN8710 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N82488R835033 | COMPACTADOR | 110844 | 1 |
| 26 | HMN8713 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N82418R834502 | COMPACTADOR | 110809 | 1 |
| 27 | HMN8715 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N82448R835854 | COMPACTADOR | 110690 | 1 |
| 28 | HMN8716 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N824X8R835700 | COMPACTADOR | 110851 | 0 |
| 29 | HMN8718 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N82468R835919 | COMPACTADOR | 110852 | 2 |
| 30 | HMN8719 | VOLKSWAGEN | 17250 CNC | 2008 | 9BW7N82418R835469 | COMPACTADOR | 110853 | 2 |
| 31 | SHM4J22 | VOLKSWAGEN | 17260 | 2021 | 9536K8240NR035476 | POLIGUINDASTE | 110845 | 0 |
| 32 | SHM5A66 | VOLKSWAGEN | 17260 | 2021 | 9536K824XNR035825 | POLIGUINDASTE | 110810 | 0 |
| 33 | SHM4J80 | VOLKSWAGEN | 17260 | 2021 | 9536K824XNR035842 | POLIGUINDASTE | 110854 | 0 |
| 34 | SJE-9J69 | IVECO | TECTOR 17- 300 6x2 | 2023 | 93ZE12JMZP8956699 | COMPACTADOR | 110855 | 0 |
| 35 | SJE-9I84 | IVECO | TECTOR 17- 300 6x2 | 2023 | 93ZE12JMZP8956664 | COMPACTADOR | 110846 | 1 |
| 36 | SJE-9J95 | IVECO | TECTOR 17- 300 4x2 | 2023 | 93ZE12JMZP8956686 | LAVADOR CONTÊINER | 110856 | 0 |
| 37 | TCH-8E12 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD3SR006404 | COMPACTADOR | 110857 | 0 |
| 38 | TCH-8D97 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD9SR006746 | COMPACTADOR | 110847 | 2 |
| 39 | TCH-8E02 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD0SR006747 | COMPACTADOR | 110858 | 0 |
| 40 | TCH-8E81 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD4SR006749 | COMPACTADOR | 110859 | 2 |
| 41 | TCH-8F60 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD8SR006799 | COMPACTADOR | 110848 | 3 |



| | | | | | | | | |
|----|------------------|------------|----------------------|------|-------------------|----------------------|--------|---|
| 42 | TCH-8E10 | VOLKSWAGEN | VW-18.260 CRM 4x2 | 2024 | 9536B8TD7SR006809 | COMPACTADOR | 110860 | 3 |
| 43 | NÃO EMPLACADO | IVECO | TECTOR 17.280 | 2025 | 93ZA61PMZS8714431 | BASCULANTE/ MUNCK | 110849 | 0 |
| 44 | NÃO EMPLACADO | IVECO | TECTOR 17.280 | 2025 | 93ZA61PMZS8714795 | BASCULANTE/ MUNCK | 110850 | 0 |